

Grupo de Debate

Impactos da Reforma Tributária no Terceiro Setor



Reforma Tributária

Terceiro Setor

EC nº 132/2023 | LC nº 214/2025 | LC nº 224/2025

Do modelo constitucional aos impactos práticos em 2026

PROF. ANTONIO QUIRINO

- ✓ Bacharel em Ciências Contábeis e Direito aprovado na OAB
- ✓ Contador e Auditor Externo habilitado em 20 UF's
- ✓ Registrado no CNAI, IBRACON e aprovado na CVM
- ✓ Perito Contábil com registro no CNPC e APCEC
- ✓ Pós-graduado em Auditoria e Direito Tributário
- ✓ MBA em Contabilidade Pública e do Terceiro Setor
- ✓ Mestrando em Contabilidade e Gestão Tributária
- ✓ Professor de Pós Graduação e MBA do IPOG
- ✓ Conselheiro Efetivo e Vice-presidente do CRCCE
- ✓ Sócio da AUDITORE– Auditores do Terceiro Setor e Organizações Religiosa



Objetivo do Encontro

- • Compreender a Reforma Tributária como mudança estrutural
- • Analisar a regulamentação do IBS/CBS pela LC nº 214/2025
- • Aplicar os conceitos a casos reais do Terceiro Setor
- • Refletir sobre a LC nº 224/2025 como impacto-surpresa em 2026

EC nº 132/2023 – O Novo Modelo Constitucional

- • Reforma do sistema de tributação do consumo
- • Substituição de tributos fragmentados por IVA Dual
- • Neutralidade, não cumulatividade e transparência
- • Manutenção das imunidades constitucionais

A Reforma não é de Alíquota

- • Mudança de lógica: tributo por operação
- • Fim da distinção rígida entre mercadoria e serviço
- • Foco na materialidade e na rastreabilidade
- • Impacto direto no Terceiro Setor

LC nº 214/2025 – A Regulamentação Central

- • Regulamenta a EC nº 132/2023
- • Institui o IBS e a CBS
- • Define fatos geradores, base de cálculo e não cumulatividade
- • É a lei mais relevante para o impacto prático imediato

IBS e CBS – Estrutura Geral

- • CBS: tributo federal (substitui PIS/COFINS)
- • IBS: tributo estadual/municipal (substitui ICMS/ISS)
- • Incidência sobre bens, serviços e direitos
- • Crédito financeiro amplo (não cumulatividade)

LC nº 214/2025 e o Terceiro Setor

- • Preservação da imunidade sobre receitas finalísticas
- • Incidência do IBS/CBS nas aquisições
- • Diferenciação clara entre entidades imunes e isentas
- • Maior exigência de segregação contábil

Imunidade x Isenção no IVA Dual

- IMUNIDADE:
 - • Constitucional
 - • Receita finalística protegida
 - • Sem direito a crédito
- ISENÇÃO:
 - • Benefício legal
 - • Receita tributada no IBS/CBS
 - • Direito a crédito, com impacto financeiro

Cronograma de Transição (2026–2033)

- • 2026: fase de testes (alíquotas reduzidas)
- • 2027: CBS plena / fim de PIS-COFINS
- • 2029–2032: transição do IBS
- • 2033: sistema plenamente vigente

Aplicação Prática – Estudos de Caso

- • Divisão em subgrupos
- • Analisar impactos da LC nº 214/2025
- • Identificar riscos jurídicos e contábeis
- • Propor ajustes práticos

Simulação – Fornecedor no Lucro Presumido

Preço atual: R\$ 1.000,00

PIS/COFINS (3,65%): R\$ 36,50

Base líquida: R\$ 963,50

CBS (8,5%): R\$ 81,90

Novo preço: R\$ 1.045,40

→ Aumento real: 4,54%

CBS (8,5%-60%): R\$ 32,76

Novo preço: R\$ 996,26

→ Redução real: 3,74%

Simulação – Fornecedor no Lucro Real

Preço atual: R\$ 1.000,00

PIS/COFINS (9,25%): R\$ 92,50

Base líquida: R\$ 907,50

CBS (8,5%): R\$ 77,14

Novo preço: R\$ 984,64

→ Redução real: 1,54%

CBS (8,5%-60%): R\$ 30,86

Novo preço: R\$ 938,36

→ Redução real: 6,16%

Alíquotas reduzidas

Redução de 100% (isenção total)

- Cesta básica;
- Frutas, hortaliças e ovos;
- Serviços do PROUNI;
- Produtos de saúde menstrual;
- Carros para PCDs, autistas e taxistas.

Redução de 30%

- Serviços intelectuais e artísticos com fiscalização profissional.

Redução de 60%

- Saúde e educação em geral;
- Medicamentos e insumos médicos;
- Alimentos para consumo humano;
- Transporte público urbano e metropolitano.

Redução de 40%

- Construção e aquisição de imóveis;
- Serviços de administração imobiliária.

Fornecedor no Simples Nacional

No curto prazo, fornecedores do Simples Nacional não recolherão IBS e CBS por fora, mantendo a tributação concentrada no DAS, o que tende a gerar neutralidade de custos.



Final de 2025: a LC nº 224/2025

- • Publicada no contexto de ajuste fiscal
- • Redução de isenções infraconstitucionais
- • Avaliação de custo-benefício dos incentivos
- • Impacto direto a partir de 2026

LC nº 224/2025 – O Efeito Surpresa

- • Entidades isentas tornam-se mais expostas
- • Fim de benefícios históricos
- • Aprofunda a diferença entre imunes e isentas
- • Obriga reavaliação do modelo institucional

Síntese Final do Grupo

- • A EC nº 132 muda o modelo
- • A LC nº 214 define as regras do jogo
- • A LC nº 224 muda o equilíbrio financeiro
- • 2026 exige decisão, não improviso

Mensagem Final

- “A imunidade continua constitucional.
- A isenção deixou de ser premissa.
- A Reforma Tributária cobra estratégia.”